

# Tribuna BANCÁRIA

Sindicato dos Bancários do Ceará | Edição nº 1518 | 2 a 7 de abril de 2018

## #NenhumDireitoAMenos

É preciso mobilizar para defendermos uma das nossas principais conquistas: a PLR!



A PLR é conquista da CCT/95 e o governo golpista estuda meios de mexer no nosso direito (pág. 3)

### ELEIÇÕES FUNCEF:

De 2 a 4 de abril, Vote Chapa 3 – A Chapa do Participante (pág. 4)



Carlos Eduardo,  
presidente  
do SEEB/CE



**ARTIGO:** Leia sobre as ações dos bancários por mais segurança nas agências (pág. 2)

*Artigo*

# Segurança Bancária: Nosso objetivo é proteger vidas!

O tema da segurança é uma preocupação constante em nossa sociedade, sobretudo nos dias atuais. Para nós, bancários, nos aflige, principalmente, a segurança de funcionários e clientes, na Capital e no Interior, visto que os bancos são alvos frequentes de ataques de quadrilhas numerosas e violentas, que sitiavam cidades e causam pânico e prejuízo por onde passam.

Diante disso, temos lutado para minimizar a violência contra agências bancárias no Estado. Nossa primeira vitória foi em 2012, quando, através de uma iniciativa nossa, foi aprovado o Estatuto de Segurança Bancária de Fortaleza. A lei 9.910/2012 encontrou resistência dos banqueiros, pois previa entre outras exigências, a obrigatoriedade das portas detectoras de metal e biombos entre clientes e a bateria de caixa, gastos que os bancos lutaram para não ter, através de liminares pedindo a suspensão do Estatuto.

Saímos vencedores e o Estatuto, mesmo implantado muito depois de sua publicação como lei, trouxe rapidamente os resultados que esperávamos. Em 2013 foram contabilizadas em nossas estatísticas o total de 37 saidinhas bancárias. Em 2014, esse número caiu para 12. Este ano, até o momento, foram apenas duas. Em 2013, foram registrados 41 ataques em Fortaleza, contra 15, em 2014. Nos três primeiros meses de 2017, foram 22 ataques no geral. Este ano, apenas 15. Os números são de um levantamento que fazemos desde 2009, através de notícias da imprensa local, e que já virou fonte para os jornalistas do Estado.

Após a vitória em Fortaleza, nossa luta por mais segurança tomou conta do Interior, onde realizamos várias audiências públicas nas principais Câmaras Municipais espalhadas pelo Estado, incentivando cada município a ter seu próprio Estatuto de Segurança. Obtivemos êxito em pelo menos quatro cidades que aprovaram leis semelhantes à da Capital: Tianguá, Caucaia, Caridade e Crateús e percebemos que nesses lugares, os índices de insegurança também diminuíram.

Entretanto, a nossa maior vitória em defesa da segurança de bancários e sociedade como um todo veio no final de 2017, quando no dia 14 de dezembro, o governador Camilo Santana (PT/CE), assinou a Lei de Segurança Bancária do Ceará. A lei 16.541/2017 foi publicada dia 18 de dezembro e prevê 180 dias para que as instituições financeiras do Estado se adequem.

A lei estadual prevê porta eletrônica, equipamento de retardo na fechadura dos cofres, sistema de monitoramento em tempo real, sistema de alarme, equipamento de inutilização de células em casos de explosões ou arrombamento dos caixas eletrônicos, biombos, armários porta objetos, em todas as agências do Ceará. Fica proibida ainda a guarda de chaves de cofres por funcionários e o transporte de numerário por bancários, entre outras medidas.

São ações simples, e para muitos, até mesmo óbvias, mas para os banqueiros, que só visam o lucro, foram necessárias incansáveis batalhas para a implantação dessas leis para forçá-los a implementar mecanismos que protejam a vida das pessoas e que deem condições de trabalho dignas aos bancários.

Quando um banco é explodido no Interior, todos sofrem. A população tem de se deslocar às vezes até 100km para ir a uma agência. O bancário tem de ser lotado em outra unidade. O comércio local enfraquece. Se tem segurança e instrumentos que inibam os criminosos, todos saem ganhando. Esse é o nosso objetivo: um ambiente seguro, uma sociedade mais justa para todos.



**Carlos Eduardo,**  
presidente do  
Sindicato dos  
Bancários do Ceará  
e funcionário do BB

## #NENHUMDIREITOAMENOS

# PLR dos bancários é conquista histórica que precisa ser defendida

Com o pagamento da Participação nos Lucros e Resultados da Caixa Econômica Federal no fim de março, a categoria bancária comemora mais um ano de uma de suas mais importantes conquistas: a PLR.

O pioneirismo sempre foi a nossa marca. A categoria bancária foi a primeira a conquistar o direito à PLR em Convenção Coletiva, em 1995, após uma intensa luta durante a campanha salarial daquele ano. Desde então, a luta tem sido por garantir melhores acordos a cada ano. Em 2007, a mobilização conjunta da categoria garantiu ainda o pagamento do valor adicional à PLR, outra grande conquista da campanha salarial.

**PLR SEM IMPOSTO** – Conquistada pelos trabalhadores e sancionada pela então presidente Dilma Rousseff, em 2013, a Lei 12.832 garante a todos os trabalhadores isenção ou pagamento menor de imposto de renda sobre a PLR (Participação nos Lucros e Resultados). Dessa forma, quem recebe até R\$ 6.677,55 está livre do imposto. A partir desse valor, as alíquotas variam de 7,5% a 27,5%.

**DEFESA DE DIREITOS** – Um benefício conquistado há tanto tempo, com muita luta, agora está ameaçado. Após a entrada em vigor da famigerada “reforma trabalhista”, o negociado passou a ter mais valor do que a própria lei (negociado sobre o legislado). Portanto, para essa campanha salarial que se avizinha, num cenário extremamente difícil para nós trabalhadores, a nossa mobilização terá de ser ainda mais forte do que em todos os anos anteriores, pois teremos de garantir novamente em nossa Convenção Coletiva vários direitos já tidos como “garantidos”, e a nossa PLR é um deles. Isso acontece devido ao fim do princípio da ultratividade, também presente na tal reforma trabalhista.

A partir dessas mudanças, os ataques aos trabalhadores não param. Uma reportagem publicada recentemente no portal de notícias UOL dizia que o Tribunal de Contas da União (TCU) abriu investigação sobre o pagamento de bônus e Participação nos Lucros e Resultados (PLR) para funcionários de empresas estatais. O objetivo é achar “brechas” que possam revogar mais esse direito.

Essa investigação sobre a PLR dos empregados de estatais dá vazão a uma resolução do governo que tem a função de colocar teto na distribuição do benefício, retirando mais uma garantia dos trabalhadores. É a segunda medida nesse sentido tomada recentemente. A Comissão Interministerial de CGPAR (Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União) determinou cortes nos planos de saúde das empresas públicas. Lembrando que o governo federal controla, direta ou indiretamente, 149 empresas. Destas, 119 dão lucro.

*“A PLR é o pagamento pelo esforço que os bancários fazem durante todo o ano, muitas vezes, à custa de metas abusivas e assédio moral, e mesmo assim, vamos ter que lutar muito mais para garantir nossos direitos. Muitos bancários que entraram recentemente para a categoria comemoram o recebimento da PLR sem se dar conta do histórico de luta que há por trás desse benefício. Por isso, temos de refletir muito nesse momento, conhecer a história, porque não podemos permitir retrocessos no que diz respeito às conquistas dos trabalhadores”*

**José Eduardo Marinho, diretor do Sindicato e funcionário do BB**



## CONQUISTA DA PLR

**BANCOS PRIVADOS** – Começaram a pagar o benefício com a assinatura da CCT de 1995.

**CAIXA** – A PLR passou a ser paga em 2004 e a PLR Social (que valoriza a função social do trabalho exercido pelos empregados) em 2010. Antes, os empregados recebiam um benefício similar – a PRX (plano atrelado ao cumprimento de metas, que deixava a maioria dos trabalhadores sem receber nada, fazendo distinção entre áreas-meio e agências).

**BANCO DO BRASIL** – Até 2002, o modelo do Programa de PLR era definido pelo banco. Um ano depois, passou a ser fruto de acordos entre o BB e as entidades representativas dos funcionários. Após processo negocial, os bancários do BB passaram a ter ainda a distribuição de 4% do lucro líquido.

**BANCO DO NORDESTE DO BRASIL** – A PLR do BNB passou a ser paga a partir de 2004. A partir de 2010 foi criada a PLR Social que, devido às limitações impostas pelo Banco, acaba não sendo paga, pois o percentual de 6,25% distribuído anualmente só dá para honrar o previsto na Convenção Nacional – pura enrolação.

**FUNCEF**

# Chapa do Participante é garantia de compromisso com participantes e assistidos

Participantes e assistidos da Funcef vão votar, no período de 2 a 4 de abril, para eleger novos diretores e conselheiros. Diante do cenário enfrentado pela Fundação, o pleito torna-se ainda mais importante. O momento é crucial para a retomada do crescimento e para barrar propostas que ameaçam direitos dos verdadeiros donos do fundo de pensão, os empregados.

Os representantes dos participantes, obviamente, devem estar do lado dos trabalhadores. É por isso que a Chapa 3 - Chapa do Participante é a melhor opção. Enquanto seus integrantes são historicamente comprometidos com a defesa dos participantes e assistidos, as outras duas chapas concorrentes já deixaram claro que estão alinhadas com a direção da Caixa. Basta comparar propostas e analisar fatos recentes para chegar a essa conclusão.

A Chapa do Participante se compromete a cobrar o pagamento do contencioso pela patrocinadora, via negocial ou por ações na Justiça. O contencioso é o maior fator de déficit pela Funcef e põe em risco a sustentabilidade dos planos de benefícios. A Chapa do Participante promete ainda lutar para anular as consequências do Termo de Ajuste de Conduta que aca-



**Atenção  
ao período de votação.  
Nos dias  
2, 3 e 4 de abril  
vote Chapa 3**



bou com a paridade no equacionamento do déficit do REG/Replan Não Saldado e defender, de forma inegociável, o direito à paridade em todos os níveis e em todos os planos da Funcef.

A Chapa do Participante também é a única a firmar compromisso concreto pela incorporação do REB ao Novo Plano; por um Comitê de Investimentos independente, formado por participantes; pela manutenção do Fundo de Revisão de Benefícios (FRB) e do Fundo de Acumulação de Benefícios (FAB); pelo fim do nefasto voto de Minerva. E, acima de tudo, por uma Caixa Econômica

Federal 100% pública e pelos direitos dos empregados do banco.

Por tudo isso, não há dúvidas de que a Chapa do Participante – formada por representantes de todos os segmentos dos trabalhadores, da ativa e aposentados – é a única capaz de defender os interesses dos participantes e assistidos da Funcef. Não está subordinada hierarquicamente à direção da Caixa e nem votou, em instâncias da própria Fundação, a favor dos interesses da patrocinadora.

**Nas Eleições Funcef 2018, vote na Chapa 3 – A Chapa do Participante!**

## Breves

### Bancos: maiores beneficiados com Refis

Os bancos, setor mais lucrativo da economia, foram os maiores beneficiados com o Refis, programa de parcelamento de débitos tributários da União. Itaú, Santander, Safra e Rural tiveram abatimento de mais da metade das suas dívidas pelo governo federal. Juntos, os quatro bancos negociaram uma dívida total de R\$ 657,3 milhões, mas terminaram se comprometendo a pagar apenas R\$ 302 milhões. Enquanto congela investimentos públicos por 20 anos, rasga a CLT com a reforma trabalhista, que teve a colaboração dos bancos, e tenta impor o fim da aposentadoria, o governo Temer abre mão de receitas milionárias com o perdão de dívidas do setor financeiro. Isso joga por terra o discurso de austeridade fiscal e escancara a quem serve hoje o governo federal.

### Informalidade detona economia

Contrariando um dos principais argumentos usados para aprovar a reforma trabalhista, a de geração de emprego com retomada da economia, a recuperação do mercado de trabalho puxada pelo emprego informal, sem carteira assinada, não dá segurança para as famílias voltarem a consumir. Em 2017, foram criadas 1,8 milhão de vagas – todas no setor informal. Com carteira, 685 mil vagas foram perdidas. A renda média dos sem carteira chega a ser metade da renda dos formais. E a oferta de vagas piorou muito. No fim de 2011, eram 39,9 milhões de trabalhadores com carteira. No fim de 2017, 38,4 milhões. No mesmo período, o país saiu do pleno emprego para uma situação em que há 12,3 milhões de desempregados.

## CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

# Lucro recorde de R\$ 12,5 bi em 2017 e sufoco para empregados

A Caixa Econômica Federal obteve um lucro líquido de R\$ 12,5 bilhões em 2017. É o maior da história do banco. O resultado é 202,6% maior do que o obtido em 2016. Se considerarmos o resultado recorrente, o lucro é de R\$ 8,6 bilhões, também o maior da série histórica, com uma alta de 72,3% em 12 meses.

**EXPLORAÇÃO** – Infelizmente, as taxas e tarifas cobradas pela Caixa, que sempre foram bem menores do que as dos demais bancos, aumentaram e, em muitos casos chegam a superar as cobradas pela concorrência. Com isso, além dos impostos já cobrados pelo governo, a população precisa pagar caro se quiser contar com os serviços bancários.

As receitas obtidas por meio da prestação de serviços e com tarifas bancárias cresceram 11,5%, totalizando R\$ 25 bilhões. Já as despesas de pessoal, considerando-se a PLR, apresentaram alta de 7,4%, atingindo R\$ 23,9 bilhões. Com isso, a cobertura das despesas de pessoal pelas receitas secundárias do banco foi de 104,9%, em 2017.

Destaque-se que as despesas com pessoal somente atingiram esse montante devido ao PDVE. O banco precisou



*“Tal resultado foi obtido devido ao sacrifício da assistência à saúde dos trabalhadores e à exploração dos clientes, que precisam pagar tarifas caras e taxas até mais altas do que as cobradas em outros bancos. Temos de questionar o desvio que esse governo está promovendo no papel dos bancos públicos. Isso ocorre porque trata-se de um governo que não tem nenhum compromisso com a classe trabalhadora e nem com o desenvolvimento do país”*

**Marcos Saraiva, diretor do Sindicato e da Fenae**

fazer o acerto e indenizar mais de 7% do quadro de pessoal, o que faz aumentar as despesas com os empregados. Não fosse por isso, a diferença entre o que o banco arrecada apenas com as tarifas cobradas dos clientes e os gastos com pessoal seria ainda maior e ficaria ainda mais fácil de visualizar o quanto o banco passou a explorar seus clientes após esse governo ilegítimo assumir o poder.

O banco encerrou o ano com 87.654 empregados e fechamento de 7.324 postos de trabalho em relação a dezembro de 2016. Saldo esse que se deve a adesão de 7.023 empregados ao Programa de Desligamento Voluntário Extraordinário. Foram fechadas 18 agências, 55 lotéricos e 1.737 correspondentes Caixa Aqui.

### **PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS**

– O banco creditou a 2ª parcela da PLR dos empregados dia 27/3. Na Caixa, a PLR é composta pela regra básica Fenaban, prevista na CCT 2016/2018 dos bancários, correspondente a 90% do salário mais R\$ 2.183,53, limitado a R\$ 11.713,59; parcela adicional, que representa 2,2% do lucro líquido dividido pelo número total de empregados em partes iguais, até o limite individual de R\$ 4.367,07; e a PLR Social, equivalente a 4% do lucro líquido, distribuídos linearmente para todos os trabalhadores. A primeira parcela, correspondente a 60% do total a ser recebido, foi creditada no dia 20 de novembro do ano passado.

## **Convênio: Parceria com psicóloga oferece 50% de desconto para associados**

O Sindicato dos Bancários do Ceará firmou convênio com a psicóloga Elizete Dias Moreira, especialista no atendimento em Psicologia para adultos, adolescentes e crianças.

A partir dessa parceria, os associados ao Sindicato, bem como seus dependentes, terão 50% de desconto no valor da consulta e sessões, mediante a comprovação da condição de filiado: Valor da Consulta: R\$ 80,00 – Desconto para sindicalizados, dependentes diretos e demais parentes (irmãos, netos etc.): 50% (Consulta e Sessões) – ficando o valor em R\$ 40,00.

A psicóloga atende na Av. Washington Soares, 1400 – sala 707 – Juridical Center, bairro Engenheiro Luciano Cavalcante, de segunda a sábado. Mais informações: 85 9.9717 9606 ou elwf@bol.com.br.



**PSICOLOGIA**

**ITAÚ**

## Aumentos abusivos nos planos de saúde prejudicam funcionalismo

O Itaú lucrou R\$ 24,8 bilhões em 2017, crescimento de 12,3% em relação a 2016. Foi o maior resultado de todos os tempos, obtido por meio do esforço e a custa da saúde e de afastamentos médicos de muitos dos seus trabalhadores.

E qual foi a recompensa do banco pelas metas abusivas e o assédio moral na busca pelo maior resultado da história do País? Os convênios médico e odontológico oferecidos aos funcionários da ativa, aposentados e dependentes sofreram reajustes muito acima dos salários e da inflação.

No período de 12 meses encerrado em fevereiro último, o índice de preços medido pelo IBGE (IPCA) ficou em 2,84%. Os salários tiveram aumento de 2,75% no ano passado. Mas os planos de saúde serão reajustados em 16,89%. Os funcionários contratados depois de 30 de novembro de 2015 terão de arcar com esse reajuste para cada um dos dependentes. Os que foram contratados antes dessa data terão reajuste único, independente do número



*“Esse aumento é ainda mais difícil de aceitar por ter sido aplicado por uma empresa tão lucrativa e responsável por tantos adoecimentos resultantes do estresse e do assédio moral característicos das suas condições de trabalho. Essa atitude, partida de uma empresa que lucrou R\$ 24,8 bilhões em um ano, é um insulto que demonstra a total falta de humanidade e consideração pelos seus trabalhadores, que são justamente os responsáveis por esse resultado”*

**Ribamar Pacheco, diretor do Sindicato e representante da Fetrafi/NE na COE Itaú**

de dependentes. Os novos valores serão aplicados a partir da mensalidade de abril de 2018, já descontada em 27 de março. Para justificar o reajuste quase seis vezes acima do último aumento salarial, o Itaú alega “a utilização por parte dos funcionários e a inflação médica”.

É um aumento totalmente fora da realidade e completamente incompatível com o reajuste salarial e a inflação verificada

no período. Além disso, a rede credenciada está muito abaixo do valor cobrado. Pelo preço das mensalidades, os funcionários do Itaú deveriam ter cobertura dos melhores hospitais e procedimentos médicos.

Desde 2010 o Itaú se recusa a negociar a renovação do acordo coletivo específico para o plano de saúde. A intenção do banco é clara: obter eficiência e lucro retirando direitos e conquistas dos bancários.

### **Não às demissões!** Bradesco estuda fechar 200 agências em todo o País

O Bradesco anunciou no início de março que estuda o fechamento de 200 agências em todo o País, o que deixou centenas de bancários apreensivos e temerosos em relação às demissões.

Com a falta de pessoal cada vez maior nas agências e nos departamentos do banco em todo o Brasil, e a consequente sobrecarga de trabalho, a direção do Sindicato e os representantes da Comissão de Empresa dos Funcionários já estão procurando o banco para averiguar a veracidade do assunto e cobrar explicações.

O Bradesco garantiu que não haverá demissões, mas sim a transferência



de pessoal para agências que estão precisando de bancários. O banco também informou que não priorizará o banco digital

em substituição às agências físicas. Mas estaremos atentos para qualquer irregularidade.

O Sindicato está cobrando ainda medidas enérgicas contra o assédio moral relativo às vendas de produtos, metas abusivas, visitas aos clientes e outras exigências, uma vez que o banco quer ainda este ano elevar o número médio de produtos vendidos de 1,6 atualmente para dois por cliente.

O Sindicato orienta que qualquer tipo de pressão ou irregularidades, os bancários devem procurar imediatamente a entidade para denunciar: 85 3252 4266.

## INSS

# Governo e Febraban articulam mais um golpe contra os direitos e a saúde dos trabalhadores

**A** conta do golpe não para de chegar para a categoria bancária. Depois de aprovar a Reforma Trabalhista, um dos grandes desejos dos financiadores do golpe – os bancos, foi a vez do governo ilegítimo de Michel Temer tentar afetar a saúde dos bancários.

Sem a participação dos trabalhadores, o INSS firmou diretamente com o sindicato dos bancos (Federação Brasileira de Bancos – Febraban) um acordo com regras para a reabilitação profissional dos empregados que tiveram de se afastar do emprego por causa de doenças relacionadas ao trabalho – como transtornos psíquicos e LER/Dort. O acordo prevê a possibilidade de o empregador ter acesso aos trabalhadores afastados pelo INSS, para realização de reabilitação profissional e retorno ao trabalho.

O convênio de cooperação técnica firmado pretende submeter a saúde dos trabalhadores aos interesses dos banqueiros que, historicamente, tem marcado sua atuação pelo estabelecimento de políticas discriminatórias, com demissão de empregados adoecidos, restrição de acesso a benefícios previdenciários, imposição de obstáculos ao acesso a políticas públicas de proteção ao direito à saúde dos trabalhadores e sua recuperação.

É de conhecimento público que a categoria bancária tem os maiores índices de adoecimento relacionado ao trabalho. Portanto, se os bancos tivessem a preocupação em preservar a saúde dos empregados, certamente não se recusariam a cumprir as normas legais de saúde e segurança do trabalhador, investiriam em prevenção e a categoria bancária não se colocaria com os maiores índices de adoecimento do país, conforme dados da própria Previdência Social e do Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho (MPT).

A ratificação do acordo sem a participação dos trabalhadores viola a Constituição e também as convenções 155 e 159 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), das quais o Brasil é signatário desde os anos 90. As convenções da OIT determinam que a elaboração e implantação de qualquer política de saúde, tanto na área pública, como na esfera privada, sejam formuladas de maneira democrática.

**RISCOS** – O maior risco deste acordo é que a reabilitação fique por conta exclusivamente dos bancos. “Com a celebração do acordo, as condições de trabalho podem continuar a ser bastante ruins, como pressão muito grande, metas cada vez maiores, e a reabilitação não ocorra de fato. Como é um assunto que diz respeito à saúde dos trabalhadores, sua representação deveria estar presente em qualquer tratativa” afirma a secretária de Saúde do Sindicato dos Bancários do Ceará, Jannayna Lima.

*“Esse instrumento pretende restringir direitos sociais vinculados a proteção e preservação da saúde dos trabalhadores, as políticas mínimas de seguridade social e a preservação da dignidade humana, violando princípios e garantias constitucionais, além de convenções internacionais, ratificadas pelo Brasil. Esse acordo é imoral e ilegal e pretende retirar um direito elementar de cidadania que é a participação dos trabalhadores no que se refere à sua própria saúde. Estamos desde já mobilizados nacionalmente para derrubar mais este golpe”, Carlos Eduardo, presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará*



**BANCO DO NORDESTE DO BRASIL****Segunda parcela da PLR 2017 será menor que a primeira**

A segunda parcela de Participação nos Lucros e Resultados de 2017 a ser paga pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) será menor do que a primeira paga a título de adiantamento no final do ano passado.

Com um percentual de 6,05% do lucro líquido ajustado do exercício de 2017, o total a ser distribuído a título de PLR em 2017 ficou em torno de R\$ 43 milhões, sendo que desse montante aproximadamente R\$ 2 milhões será destinado ao pagamento de diretores do Banco e R\$ 41 milhões para cerca de 7 mil funcionários.

Dos R\$ 41 milhões destinados aos funcionários, R\$ 23 milhões foram antecipados no segundo semestre de 2017, restando apenas R\$ 18 milhões a serem pagos aos trabalhadores, o que significa uma média pouco superior a R\$ 2.500,00 por funcionário, caso a distribuição fosse linear.

**LUCRO AJUSTADO** – Para o diretor do SEEB/CE e coordenador da Comissão Nacional dos Funcionários do BNB (CNFBNB), Tomaz de Aquino, pagar uma PLR tão rebaixada já se tornou marca registrada no BNB. “Sempre há um ajuste do lucro operacional em detrimento da PLR dos trabalhadores. Este exercício de 2017, por exemplo, o lucro operacional do BNB foi superior a R\$ 1 bilhão, mas após os ajustes, o lucro líquido caiu para menos de R\$ 700 milhões, sem que as justificativas para tal estejam descritas de forma clara no balanço”, reclama Tomaz de Aquino.

Outra questão levantada pelo Sindicato dos Bancários diz respeito à rubrica Reserva de Lucro que vem sendo feita mas não está claro para que se destina.

*“É decepcionante para os trabalhadores do BNB que tanto se empenham para que a Instituição tenha resultados positivos, receber uma esmola de*



*PLR, quando os diretores da Instituição, que também têm seu valor, recebem cada um cerca de R\$ 250 mil como compensação pelo lucro alcançado. Isso representa algo em torno de 100 vezes o que é destinado linearmente para cada trabalhador da Empresa”, Tomaz de Aquino, diretor do SEEB/CE e coordenador da CNFBNB*

Com a fixação do mínimo exigido por lei (25%) para os acionistas, o percentual do lucro líquido destinado aos funcionários fica no patamar rebaixado de 6,25%. “Isso vem se repetindo ao longo dos últimos anos, demonstrando que as sucessivas administrações do Banco têm pouca consideração pelo trabalho desenvolvido pelos funcionários da Instituição”, afirma Tomaz de Aquino.

Para piorar a situação, a Administração do BNB insiste em embutir nesse já rebaixado percentual os 3% da PLR Social constante em Acordo desde 2010, mas que acaba sendo letra morta. “Essa prática de não pagar a PLR Social adicionalmente ao mínimo previsto na Lei das S.A., precisa ser contestada judicialmente”, defende o dirigente sindical.

**TOUTROS TOQUES****Violência contra a mulher**

A cada mil mulheres no CE, 14 ingressaram na Justiça por sofrerem violência em 2017. Os casos mais registrados são os de ameaça e lesão corporal. Um levantamento divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em março, revelou que em 2017, todos os tribunais de Justiça passaram a contar com, ao menos, uma vara exclusiva para julgamento desse tipo de crime. No Ceará, há juizados especializados em Fortaleza e Juazeiro. Mas, esta estrutura ainda é insuficiente.

**Boicote à Netflix**

Recém-lançada pela Netflix, a série O Mecanismo, dirigida por José Padilha, vem sendo alvo de críticas. Em uma das cenas que exemplifica a manipulação, frases do diálogo entre o senador Romero Jucá (PMDB) e o ex-diretor da Transpetro Sérgio Machado, sobre a necessidade de derrubar Dilma para ‘estancar a sangria’ da Lava Jato foi parar na boca do personagem que represente Lula. Devido às tentativas de manipulação, usuários têm manifestado críticas, muitos inclusive anunciando que não assinam mais a Netflix.

**Comer fora de casa**

Pesquisa da Associação das Empresas de Benefício ao Trabalhador (ABBTT), feita em 51 municípios do Brasil, comprova que o custo médio de uma refeição completa está custando R\$ 34,14 em média. Isso significa que, em 22 dias de trabalho por mês, o trabalhador gastaria 80% de um salário mínimo, ou R\$ 763,00. De acordo com o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), para os produtos que envolvem a alimentação, a variação do índice foi de queda de 1,87%. Mas, em um recorte sobre a alimentação fora de casa, o IBGE mostra que houve aumento de 3,25%.



www.bancariosce.org.br



bancariosce



bancariosdoceara



seebce



85 99129 5101

Home Page: www.bancariosce.org.br – Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone geral: (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3226 9194

Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Fax: (85) 3253 3996 – Rua 24 de Maio, 1289 – 60020.001 – Fortaleza – Ceará

Presidente: Carlos Eduardo Bezerra – Diretor de Imprensa: Marcos Aurélio Saraiva Holanda – Jornalista Resp: Lucia Estrela – CE00580JP

Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP – Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Impressão: Expressão Gráfica – Tiragem: 5.000 exemplares